



Assuruá 1 Energia S.A. (Anteriormente
denominada CEA I - Centrais Eólicas
Assuruá I SPE S.A.)

Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas de 2021

Índice

1.	CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2.	BASE DE PREPARAÇÃO.....	8
3.	GESTÃO DE RISCOS.....	10
4.	CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS.....	13
5.	CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	13
6.	OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES.....	14
7.	INVESTIMENTOS.....	15
8.	IMOBILIZADO.....	15
9.	EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES.....	17
10.	FORNECEDORES.....	19
11.	OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES.....	19
12.	PARTES RELACIONADAS.....	19
13.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
14.	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	21
15.	CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS.....	21
16.	DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS.....	21
17.	RESULTADO FINANCEIRO.....	22
18.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	22
19.	LAJIDA - LUCROS ANTES DE JUROS, IMPOSTOS, DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO / EBITDA - EARNINGS BEFORE INTEREST, TAXES, DEPRECIATION AND AMORTIZATION.....	23
	RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE.....	23

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	577	74	12.852	25.528
Clientes	5	-	-	8.633	8.785
Outros créditos	6	618	393	4.620	2.759
		1.195	467	26.105	37.072
Não circulante					
Caixa restrito	4	-	1	9.403	9.955
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	358	-
Outros créditos	6	3.515	27.384	945	1.074
		3.515	27.385	10.706	11.029
Investimentos	7	281.422	266.905	-	-
Imobilizado	8	-	598	380.483	398.403
Intangível	-	-	-	387	53
		281.422	267.503	380.870	398.456
		284.937	294.888	391.576	409.485
Total do ativo		286.132	295.355	417.681	446.557

Passivo e Patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Fornecedores	10	-	1	1.486	906
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	1.248	1.503	9.440	27.750
Obrigações trabalhistas e tributárias	-	54	3	719	416
Outras obrigações	11	7.377	11.088	3.385	2.513
		8.679	12.595	15.030	31.585
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9	35.912	33.212	156.160	161.116
Fornecedores	10	-	-	5.327	5.468
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-	105	-
Outras obrigações	11	848	1.398	366	238
		36.760	34.610	161.958	166.822
Total do passivo		45.439	47.205	176.988	198.407
Patrimônio líquido					
Capital social	13	310.317	310.317	310.317	310.317
Prejuízos acumulados		(69.624)	(62.167)	(69.624)	(62.167)
Total do patrimônio líquido		240.693	248.150	240.693	248.150
Total do passivo e patrimônio líquido		286.132	295.355	417.681	446.557

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração de resultados do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	14	-	-	44.733	38.813
Custos da operação, conservação e compras	15	-	-	(31.379)	(28.593)
Lucro bruto		-	-	13.354	10.220
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas, pessoal e gerais	16	317	(77)	(1.705)	(1.447)
Outras receitas (despesas) operacionais	-	(16)	(2)	(130)	139
Resultado de equivalência patrimonial	7	(1.278)	(5.544)	-	-
		(977)	(5.623)	(1.835)	(1.308)
Resultado operacional		(977)	(5.623)	11.519	8.912
Receitas financeiras	17	647	733	1.006	357
Despesas financeiras	17	(7.127)	(5.848)	(18.092)	(18.328)
		(6.480)	(5.115)	(17.086)	(17.971)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(7.457)	(10.738)	(5.567)	(9.059)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	(1.890)	(1.679)
Prejuízo do exercício		(7.457)	(10.738)	(7.457)	(10.738)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Prejuízo do exercício	(7.457)	(10.738)	(7.457)	(10.738)
Resultado abrangente total	(7.457)	(10.738)	(7.457)	(10.738)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2020	310.317	(51.429)	258.888
Prejuízo do exercício	-	(10.738)	(10.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	310.317	(62.167)	248.150
Prejuízo do exercício	-	(7.457)	(7.457)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	310.317	(69.624)	240.693

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 dezembro de 2021 e 2020

Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.457)	(10.738)	(5.567)	(9.059)
Ajustes:				
Depreciação e amortização	-	-	19.334	19.056
Resultado de equivalência patrimonial	1.278	5.544	-	-
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos	6.627	5.231	16.806	16.409
Receita financeira de aplicações financeiras	-	-	(1.019)	(356)
Baixa de ativo imobilizado	598	-	768	-
Amortização custo de captação	136	215	136	215
	1.182	252	30.458	26.265
(Aumento) redução nos ativos				
Clientes	-	-	152	-
Outros créditos	23.645	(599)	(1.732)	(489)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	-	-	439	5.605
Obrigações trabalhistas e tributárias	51	(10)	303	(81)
Outras contas a pagar	(4.262)	410	1.000	(124)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	20.616	53	30.620	31.176
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(3.053)	(3.023)	(13.788)	(12.765)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(1.866)	(1.679)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	17.563	(2.970)	14.689	16.732
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	-	-	(2.516)	(1.659)
Integralização de capital em controladas	(20.110)	4.730	-	-
Redução de capital em controladas	4.315	-	-	-
Aplicações financeiras – caixa restrito	-	(1)	1.571	507
Caixa (aplicado) gerado nas atividades de investimentos	(15.795)	4.729	(945)	(1.152)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captção de empréstimos e financiamentos	-	-	-	12.257
Pagamento de principal - empréstimos e financiamentos	(1.265)	(1.750)	(26.420)	(8.633)
Caixa (consumido) gerado pelas atividades de financiamentos	(1.265)	(1.750)	(26.420)	3.624
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	503	9	(12.676)	19.204
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	74	65	25.528	6.324
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	577	74	12.852	25.528

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Assuruá 1 Energia S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “Assuruá 1”), anteriormente denominada CEA I – Centrais Eólicas Assuruá I SPE S.A., é uma sociedade por ações de capital fechado sediada em Belo Horizonte (MG), na Avenida Barbacena, no. 472, 4º. Andar, Sala 406. A Assuruá 1 é controlada integral pela Assuruá Energia S.A.

Fundada em 2015, a Assuruá 1 é uma companhia que detém participação em ativos de geração de energia elétrica com foco em energia limpa e renovável, que atuam, exclusivamente, na produção e comercialização de energia elétrica.

A Assuruá 1 e suas controladas diretas operam 3 empreendimentos, denominados complexo Assuruá (“UGC Assuruá”), com capacidade total instalada para geração de 68 MW¹ de energia renovável, localizados no estado da Bahia.

A energia produzida é vendida por meio de contratos de longo prazo no ambiente regulado (ACR), obtidos em leilões promovidos pela ANEEL, com preços fixos indexados à inflação ou por meio de contratos em ambiente de livre negociação (ACL), cujos preços sofrem oscilações decorrentes da oferta e demanda de mercado. A Assuruá 1 opera parques eólicos e gerência suas atividades de maneira consolidada, considerando apenas um único segmento de negócios e uma única unidade geradora de caixa (“UGC”).

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

As atividades da Companhia e de suas controladas, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- ACL – Ambiente de Comercialização Livre;
- CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado;
- CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica;
- PLD – Preço de Liquidação das Diferenças; e

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76, conforme alterada e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

2.2 Base de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado; e (ii) valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinação de negócios.

¹ Informação não auditada

Os eventos subsequentes foram avaliados até 31 de março de 2022, data em que as demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), que no caso da Companhia é o real ("BRL" ou "R\$"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Consolidação e investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos e transações da controladora e de suas controladas diretas e indiretas ("controladas"). A política contábil para a classificação dos investimentos e sua consolidação está descrita na Nota 7.

As controladas, diretas e indiretas, bem como as participações em *joint ventures* e respectivas atividades agrupadas por unidade geradora de caixa (UGC) são as seguintes:

Controladas diretas	Localização das operações	Atividade e UGC	% Participação total	
			2021	2020
Assuruá 1 I Energia S.A. (i)	Bahia	Geração de energia eólica	100%	100%
Assuruá 1 II Energia S.A. (ii)	Bahia	Geração de energia eólica	100%	100%
Assuruá 1 III Energia S.A. (iii)	Bahia	Geração de energia eólica	100%	100%

As controladas diretas sofreram alteração na razão social, anteriormente denominadas conforme descrito abaixo:

- (i) Parque Eólico Assuruá V S.A.;
- (ii) Parque Eólico Assuruá II S.A.;
- (iii) Parque Eólico Assuruá VII S.A.

2.5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras são consistentes com as adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras dos exercícios anteriores. A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer normas e interpretações que tenham sido emitidas ou alteradas, mas que ainda não estejam em vigor. As políticas contábeis das controladas e joint venture são ajustadas, quando aplicável, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Omega.

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia.

2.6 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas e julgamentos contábeis críticos por parte da Administração da Companhia. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas

demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Imobilizado

3. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia realiza a gestão de riscos com o objetivo de suportar o atingimento de suas metas e para garantir a solidez e a flexibilidade financeira da companhia e a continuidade do negócio. A estratégia de gestão de riscos da Companhia, integrada à estrutura de gestão da sua controladora Omega, objetiva proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de uma matriz de riscos e impactos, revisada e atualizada periodicamente, que contempla as áreas operacionais, financeira, jurídica, regulatória, gestão de pessoas e *funding*.

São mapeados diversos riscos, classificados por sua relevância, sendo os mais relevantes listados a seguir:

- **Riscos operacionais:** relacionados à eficiência operacional dos ativos, disponibilidade dos sistemas, pessoas e processos internos;
- **Riscos climáticos:** relacionados a sazonalidade das receitas;
- **Riscos de mercado:** relacionados a preços, inflação e taxas de juros;
- **Risco de crédito:** Relacionados aos créditos com clientes e investimentos financeiros;
- **Risco de liquidez:** relacionado ao cumprimento de obrigações financeiras.

3.1 Riscos operacionais

A Companhia contrata prestadores de serviços terceirizados para as atividades de operação e manutenção (“O&M”) de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente o próprio fornecedor dos equipamentos, e, caso esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante. A gestão desse risco é feita no sentido de garantir a disponibilidade e a eficiência operacional das usinas, sendo mantidos planos de manutenção e monitoramento semanal, além de planos de manutenção preventiva e inspeção rotineira dos ativos semestralmente, bem como o acompanhamento tempestivo da geração de energia nos parques, de forma a realizar intervenções necessárias, inclusive em relação aos prestadores de serviços, para corrigir desvios.

A Companhia depende dos serviços de profissionais técnicos na execução de suas atividades e caso a Companhia venha a perder os principais integrantes desse quadro de pessoal, terá de atrair e treinar pessoal adicional para sua área técnica, o que pode gerar custos adicionais. A área de gestão de pessoas da Companhia possui um processo estruturado para contratar e/ou repor pessoas chave para posições técnicas e de liderança da organização, além de manter objetivos e programas para seu desenvolvimento contínuo e retenção.

Adicionalmente, os processos e sistemas da Companhia contam com um ERP que garante a integração das informações das áreas de negócios com os sistemas contábeis e gerenciais da Omega e são atualizados periodicamente para capturar alterações processuais relevantes e avanços no ambiente tecnológico.

3.2 Risco climático

Os contratos de venda de energia no mercado regulado têm estrutura que mitiga o impacto financeiro de intermitências do recurso eólico. Os contratos são realizados pela modalidade disponibilidade, com pagamentos mensais, sem obrigação mensal de entrega de energia. Além

disso, para as obrigações anuais são definidas bandas inferiores e superiores de geração, de forma que não haja impacto econômico para os ativos se a geração de energia estiver dentro dessas bandas (neste dispositivo, são estabelecidos limites inferiores (-10%) e superiores (30% para o 1º ano, 20% para o 2º ano e 10% para o 3º ano e 0% para o 4º ano, os quais funcionam como estabilizadores do fluxo financeiro). As variações de geração são necessariamente equalizadas apenas a cada 4 anos, quando qualquer variação negativa ou positiva é liquidada. Em relação às análises anuais, quando a geração acumulada em determinado período estiver acima ou abaixo dessa banda, liquida-se o excedente a esta banda ao preço de liquidação das diferenças (“PLD”) (quando acima) ou ao máximo entre a PLD ou o preço contratual (quando abaixo). Um dos oito parques que compõem a UGC Assuruá 1 não está sujeita a esse mecanismo, pois as variações de geração são ajustadas pelos preços e penalidades definidas previamente nos contratos.

3.3 Risco de mercado

O risco relacionado às taxas de juros provém da flutuação das taxas de mercado. A exposição da Companhia deriva, principalmente, de empréstimos e financiamentos e aplicações financeiras com taxas de juros pré ou pós-fixadas, sujeitas ainda a TJLP e a índices de inflação. A carteira composta por esses instrumentos financeiros é monitorada mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. Quanto ao risco de aceleração inflacionária, os contratos de venda de energia de longo prazo em vigor possuem cláusula de reajuste inflacionário anual, o que representa um *hedge* natural para as dívidas e obrigações indexadas aos índices de inflação.

A Companhia comercializa energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao PLD decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

Parcela substancial da energia comercializada está vinculada aos contratos no ACR, o que reduz a exposição da Companhia à variação de preços. Eventualmente, com vistas a ajustar sua posição estrategicamente ao momento de mercado, a Companhia pode adotar o expediente da descontração de energia, que consiste em desvincular a energia gerada do ACR para negociá-la no ACL, de acordo com as regras da ANEEL.

3.4 Risco de crédito

Os riscos de crédito decorrem das operações comerciais da Companhia, incluindo os compromissos futuros de venda já contratados ou de investimentos financeiros.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras no ACL, a Companhia exige garantias que podem ser fiança bancária ou outra modalidade de garantia, de acordo com a política de crédito. No ACR, os clientes decorrem dos contratos provenientes dos leilões promovidos pela ANEEL, por meio da CCEE, cujo padrão contratual estabelecido na Convenção de Comercialização de Energia Elétrica na Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, requer a constituição de garantias financeiras como condição necessária à adesão e à operação do agente de mercado no âmbito da CCEE. Esse mecanismo minimiza o risco de crédito da contraparte nesses contratos nas operações liquidadas no curto prazo.

Em relação aos investimentos financeiros, limites de crédito são avaliados e praticados para cada contraparte com a qual temos exposição de crédito. Além disso, a Companhia busca a diversificação da carteira e observa diferentes indicadores de solvência e liquidez das diferentes contrapartes que foram avaliadas para negociação.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, sendo resumida no quadro a seguir:

	Nota	Consolidado	
		2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.852	25.528
Clientes	5	8.633	8.785
Caixa restrito	4	9.403	9.955
Total		30.888	44.268

3.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia não cumprir suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado. Os principais passivos financeiros contratados são os financiamentos com o BNDES e Debêntures emitidas, sendo seus vencimentos contratuais demonstrados na Nota 9.

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa individualmente por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Eventualmente, podem ser utilizados instrumentos de adiantamento de capital ou as contas reservas vinculadas aos empreendimentos para coberturas pontuais de caixa.

Relativamente ao risco de aceleração de dívida, a Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas têm sido atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, conforme divulgado na Nota 9.5.

3.6 Seguros

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil e patrimonial que cobre, entre outros riscos, fogo ou danos às propriedades da Companhia, como por exemplo danos elétricos/materiais, quebra de máquinas, roubos/furtos de bens, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, queda de raios, explosão, implosão e queda de aeronaves, além de danos causados a terceiros. Além disso, a Companhia possui, também, cobertura de lucros cessantes que indeniza a perda de lucro líquido e despesas fixas em decorrência de danos materiais que incorram em interrupção dos seus negócios pelo período de até 12 meses. A Companhia acredita que há baixo risco de impacto financeiro decorrente de eventual interrupção em um dos seus negócios dada a diversificação de seu portfólio. O valor total de cobertura de seguros é de aproximadamente R\$498 milhões. A Assuruá 1 acredita que mantém seguros adequados ao mercado de atuação da Companhia no Brasil.

4. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo com resgate, junto ao próprio emissor, em até 90 dias da data da aplicação considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

Quando a aplicação apresenta algum tipo de restrição ao resgate, por estarem vinculadas a operações de créditos ou foram cedidas como garantias em operações comerciais, são registradas como aplicações financeiras mantidas até o vencimento, registradas ao custo amortizado e classificadas no ativo não circulante quando o vencimento for superior a 12 meses.

	Consolidado	
	2021	2020
Banco	10.343	5.506
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.509	20.022
Caixa e equivalentes de caixa	12.852	25.528
Aplicações financeiras - Caixa restrito	9.403	9.955
Total	22.255	35.483

Em 31 de dezembro de 2021, o caixa e equivalentes de caixa incluem, além dos saldos em contas bancárias, Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e cotas de fundos de investimentos em títulos públicos, com liquidez diária e resgatáveis junto ao emissor.

As aplicações financeiras classificadas como caixa restrito e mantidas no ativo não circulante incluem instrumentos de renda fixa, contratadas em condições e taxas normais de mercado, como forma de garantia e vinculadas aos financiamentos obtidos junto ao BNDES, descritos na Nota 9.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Política contábil

São instrumentos financeiros classificados na categoria empréstimos e recebíveis e representam os valores a receber pela venda de energia efetuadas pela Companhia. Os valores a receber são registrados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, deduzidos de eventuais estimativas de perdas para cobrir eventuais prejuízos na sua realização, quando aplicável.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia, esta matriz é revisada de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito.

A prática contábil sobre o reconhecimento de receitas está apresentada na Nota 14.

	Consolidado	
	2021	2020
Contratos LER	3.979	3.625
MCP - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica "CCEE"	23	2.334
Consumidores livres e distribuidoras	4.631	2.826
Total	8.633	8.785
Apresentados no ativo:		
Circulante	8.633	8.785

Contas a receber regulado (LER): representados por contas a receber LER no âmbito de contratos adquiridos em leilões. Os preços decorrem do leilão, ajustados por índices inflacionários. Possuem prazo de recebimento inferior a 45 dias.

MCP - CCEE: o saldo a receber decorre do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas faturadas mensalmente por meio da garantia física registrada pela Companhia na CCEE à quantidade física efetivamente gerada, podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados dentro do prazo de 45 dias. O risco de crédito desse ativo decorre da própria CCEE.

O saldo a receber registrado no ativo não circulante decorre da contabilização CCEE, cuja mecânica contratual prevê a liquidação em prazo superior a 12 meses.

Não há saldos relevantes em atraso em, portanto, não foi necessário o registro de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.

6. OUTROS ATIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Tributos a recuperar				
IRRF/CSLL	102	10	921	613
PIS/COFINS	-	-	227	227
IRPJ/CSLL diferidos	-	-	148	277
Adiantamento a fornecedores	6	6	35	35
Partes relacionadas (Nota 12)	4.025	27.761	1.723	443
Despesas a apropriar	-	-	744	404
Ativos de indenização na aquisição de empresas	-	-	650	650
Depósitos judiciais	-	-	147	147
Outros	-	-	970	1.037
Total	4.133	27.777	5.565	3.833
Apresentados no ativo:				
Circulante	618	393	4.620	2.759
Não Circulante	3.515	27.384	945	1.074

A natureza das principais contas do grupo é descrita abaixo.

Tributos a recuperar: contemplam créditos tributários apurados na esfera federal (PIS, COFINS, IR e CSLL) e estadual (ICMS) decorrentes das operações comerciais da Companhia, de investimentos financeiros e da aquisição de equipamentos. Os saldos de IRPJ e CSLL incluem retenções referentes aos resgates das aplicações financeiras. As operações comerciais no âmbito do PROINFA também sofrem retenções na fonte dos impostos federais.

Partes relacionadas: referem-se a rateios de despesas pelo compartilhamento de estrutura e operações de Mútuo à funcionários, conforme detalhado na Nota 12.

7. INVESTIMENTOS

Política contábil

A Companhia controla uma entidade quando conduz unilateralmente suas políticas financeiras e operacionais, se expondo aos retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas na mesma data base da controladora, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas consolidadas, receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre as empresas consolidadas são eliminados. Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em controladas, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

7.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

	Assuruá 1 II	Assuruá 1 I	Assuruá 1 III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	128.834	62.261	75.810	266.905
Aumento de capital	264	16.688	158	17.110
Resultado de equivalência patrimonial	(1.550)	64	208	(1.278)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	3.000	-	3.000
Redução de capital	(1.822)	(1.391)	(1.102)	(4.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	125.726	80.622	75.074	281.422

7.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

	Assuruá 1 II	Assuruá 1 I	Assuruá 1 III	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	133.691	66.006	77.482	277.179
Resultado de equivalência patrimonial	(2.860)	(2.221)	(463)	(5.544)
Redução de capital	(1.997)	(1.524)	(1.209)	(4.730)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	128.834	62.261	75.810	266.905

7.3 Apresentação das demonstrações financeiras das investidas sumarizadas

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo)
Assuruá 1 I Energia S.A.	123.440	42.818	80.622	64
Assuruá 1 II Energia S.A.	189.809	64.083	125.726	(1.550)
Assuruá 1 III Energia S.A.	111.960	36.886	75.074	208

8. IMOBILIZADO

Política contábil

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os custos com pequenas manutenções periódicas e rotineiras são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável.

Os custos de descomissionamento dos parques são contabilizados no custo inicial do ativo imobilizado com base em projeções dos custos que se esperam incorrer para desmontar os parques eólicos e restaurar a localidade realizadas pela Companhia. Os valores são amortizados com base nos prazos de autorização dos parques e o passivo, registrado ao valor presente, é recomposto pela taxa de desconto estimada inicialmente, em contrapartida de uma despesa financeira.

A depreciação dos ativos em operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens, limitadas ao prazo da autorização de funcionamento das usinas.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas das vidas úteis dos ativos são periodicamente avaliadas e atualizadas. Alterações em algumas dessas premissas assumidas poderão ter impacto significativo nos ativos da Companhia.

A composição e movimentação dos saldos consolidados é apresentada a seguir:

8.1 Exercício findo em 31 de dezembro de 2021

Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	105.782	291.480	1.141	398.403
Adições	1.423	331	378	2.132
Depreciação	(19.258)	(26)	-	(19.284)
Baixas	(170)	-	(598)	(768)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	87.777	291.785	921	380.483

8.2 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Consolidado				
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	350.616	64.511	695	415.822
Adições	1.110	104	446	1.660
Baixas	(8)	(26)	-	(34)
Depreciação	(19.043)	(2)	-	(19.045)
Transferências	(226.893)	226.893	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	105.782	291.480	1.141	398.403

Não houve juros capitalizados ao imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

As vidas úteis utilizadas para o cálculo e registro da depreciação no exercício de 2021 são as seguintes:

UGC	Taxa de depreciação		
	Máquinas e equipamentos	Edificações	Outros
UGC Assuruá I	4,70%	4,00%	16,90%

A Companhia não alterou sua expectativa das vidas úteis dos ativos no exercício.

9. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Política contábil

Os empréstimos e financiamentos são passivos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Os juros são contabilizados no resultado como uma despesa financeira durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros de empréstimos e financiamento são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado em construção. A capitalização ocorre até que o ativo qualificado esteja pronto para seu uso pretendido. Juros de empréstimos não capitalizados são reconhecidos no resultado no período que foram incorridos.

9.1 Composição do saldo

	Controladora					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Debêntures	1.375	1.630	36.995	34.431	38.370	36.061
	1.375	1.630	36.995	34.431	38.370	36.061
Custo de transação	(127)	(127)	(1.083)	(1.219)	(1.210)	(1.346)
Total	1.248	1.503	35.912	33.212	37.160	34.715

	Consolidado					
	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
BNDÉS	8.191	7.877	120.248	127.904	128.439	135.781
Debêntures	1.375	20.000	36.995	34.431	38.370	54.431
	9.566	27.877	157.243	162.335	166.809	190.212
Custo de transação	(126)	(127)	(1.083)	(1.219)	(1.209)	(1.346)
Total	9.440	27.750	156.160	161.116	165.600	188.866

Um resumo dos contratos vigentes, prazos, modalidades, custos e garantias por UGCs da Companhia está apresentado a seguir:

Instituição financeira	Vencimento final	Forma de pagamento	Custo da dívida (a.a.)	Garantias	Consolidado	
					2021	2020
Assuruá BNDÉS	Novembro/2032	mensal	TJLP + 2,92%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	128.439	135.781
Assuruá Debêntures	Novembro/2030	mensal	IPCA + 7,81%	Fiança bancária, conta reserva, alienação do ativo e ações	38.370	54.431
					166.809	190.212

O prazo e custo médio nominal da dívida em 31 de dezembro de 2021 era de 6,1 anos e 8,92% a.a.

9.2 Movimentação do saldo

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures do exercício é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.715	188.866
Pagamento de principal	(1.265)	(26.420)
Encargos financeiros pagos	(3.053)	(13.788)
Encargos financeiros provisionados	6.627	16.806
Amortização de custo de transação	136	136

Saldos em 31 de dezembro de 2021 **37.160** **165.600**

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2019	34.042	181.383
Captações	-	12.257
Pagamento de principal	(1.750)	(8.633)
Encargos financeiros pagos	(3.023)	(12.765)
Encargos financeiros provisionados	5.231	16.409
Amortização de custo de transação	215	215
Saldos em 31 de dezembro de 2020	34.715	188.866

9.3 Cronograma de pagamento

Os fluxos de pagamentos futuros da dívida são os seguintes:

	Principal	Juros	Total
2022	7.669	9.860	17.529
2023	8.446	8.839	17.285
2024 a 2026	29.927	21.048	50.975
2027 a 2029	37.066	13.775	50.841
2030 a 2032	44.829	5.020	49.849
	127.937	58.542	186.479

O fluxo de caixa das amortizações da dívida trata-se de projeção, considerando os fluxos contratuais de amortização de principal, juros e estimativas de inflação e de curva de juros básicos.

9.4 Garantias

As garantias dos financiamentos das Controladas são as usuais a um *Project Finance*, incluindo (conforme descrito na Nota 9.1): contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

9.5 Covenants financeiros

O Grupo está sujeito a índices de restrição de endividamento (*covenants*), notadamente o Índice de Capital Próprio (ICP) e Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). O não cumprimento desses *covenants* pode resultar em aceleração do vencimento das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontrava-se integralmente adimplente em relação aos *covenants*. O cálculo de atingimento do ICSD é apresentado a seguir:

	2021	
	ICSD - BNDDES	ICSD - CEF
Saldo de caixa no ano anterior(a)	29.430	N/A
(+) disponibilidades 2020 (Nota 4)	25.528	N/A
(+) caixa restrito 2020 (Nota 4)	9.955	N/A
(-) conta reserva, serviço da dívida e O&M	(6.053)	N/A
Geração de caixa das atividades (b)	25.501	25.501
(+) lucro antes do IRPJ e CSLL	(5.567)	(5.567)
(+) resultado financeiro	17.086	17.086
(+) depreciações e amortizações	19.334	19.334
(-) IRPJ CSLL apurados	(1.890)	(1.890)
(-) investimentos	(2.516)	(2.516)
(-) distribuição de capital prevista para ano seguinte	-	-
(-) aporte das contas reservas de serviço da dívida e O&M	(946)	(946)
Serviço da dívida (c)	21.409	17.091
(+) amortização de principal	8.573	7.308
(+) pagamento de juros	12.836	9.783
ICSD auferido ((a) + (b)) / (c)	2,57	1,49

10. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2021	2020
Fornecedores O&M e serviços gerais	1	7
Compra de energia	1.198	899
Contas a pagar ACR	5.614	5.468
	6.813	6.374
Apresentados no passivo:		
Circulante	1.486	906
Não circulante	5.327	5.468

Fornecedores O&M e serviços gerais: representados substancialmente pelos fornecedores de O&M. Conforme descrito na Nota 3.1., a Companhia contrata com prestadores de serviços terceirizados as atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

Compra de energia: as compras de energia são realizadas substancialmente para a cobertura das garantias físicas das UGCs, de acordo com a estratégia de sazonalização de cada unidade.

11. OUTRAS OBRIGAÇÕES E PROVISÕES

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Partes relacionadas (Nota 12)	8.225	12.486	3.209	2.085
Serviços	-	-	61	8
Provisões diversas	-	-	370	658
Outras	-	-	111	-
	8.225	12.486	3.751	2.751
Apresentados no passivo:				
Circulante	7.377	11.088	3.385	2.513
Não Circulante	848	1.398	366	238

12. PARTES RELACIONADAS

As informações apresentadas a seguir estão resumidas por UGC contraparte, quando forem relacionados aos saldos com empresas dentro do grupo sob controle da controladora indireta Omega e Grupo Omega Desenvolvimento, que incluem empresas controladas por fundos geridos pela Tarpon (gestor do grupo de fundos de investimentos controladores de Omega), envolvidas com o desenvolvimento e implantação de projetos, mas sem participação acionária pela Companhia.

12.1 Ativos e passivos

O grupo de outros créditos e outras obrigações referem-se à alocação de custos de folha de pagamento e rateio de gastos administrativos (aluguéis, condomínio, serviços de terceiros, materiais de escritório e limpeza, entre outros).

12.1.1 Controladora

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Outros ativos	Outras obrigações	Outros ativos	Outras obrigações
Omega Geração - Corporativo	-	(9)	-	(9)
UCG Assuruá	4.025	(7.328)	27.761	(12.477)
Total	4.025	(7.337)	27.761	(12.486)

12.1.1 Consolidado

	2021				2020	
	Ativo			Passivo	Ativo	Passivo
	Clientes	Outros ativos	Fornecedores	Outras obrigações	Outros ativos	Outras obrigações
Comercializadora	2.790	12	(179)	(91)	12	(86)
Omega Geração - Corporativo	1.841	1.709	(184)	(2.950)	312	(1.809)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	-	(2)	-	(14)
Omega Desenvolvimento S.A.	-	-	-	(13)	-	-
UGC Assuruá	-	-	-	-	119	(148)
UGC Delta 1	-	-	-	(24)	-	(24)
UGC Delta 3	-	-	-	(114)	-	(3)
UGC Gargaú	-	-	-	-	-	(1)
UGC Indaiás	-	2	-	(1)	-	-
UGC Serra das Agulhas	-	-	-	(14)	-	-
Total	4.631	1.723	(363)	(3.209)	443	(2.085)

12.2 Demonstração de resultados

12.2.1 Consolidado

	2021			2020	
	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras	Administrativas, pessoal e gerais	Receita operacional líquida	Custos da operação, conservação e compras
Comercializadora (OMC)	-	-	(77)	-	-
Omega Geração - Corporativo	1.841	(184)	(2.128)	2.790	(536)
Grupo Omega Desenvolvimento	-	-	(9)	-	-
Omega Desenvolvimento S.A.	-	-	(13)	-	-
Total	1.841	(184)	(2.227)	2.790	(536)

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Política contábil

A remuneração dos acionistas se dá sobre a forma de dividendos. Esta remuneração é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovada pelos acionistas.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais são contabilizados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido.

13.1 Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é de R\$ 310.317, representado por 310.317.104 ações ordinárias.

13.2 Distribuição dos lucros

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício social será destinado:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo previsto em lei;
- 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório; após desconto das reservas;
- Saldo remanescente poderá ser distribuído, destinado a reserva de investimento ou outras reservas sujeitas às leis e ao Estatuto, conforme proposta da Administração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia utilizou os lucros do período para absorção dos prejuízos acumulados.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Política contábil

Os contratos de venda de energia da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física (geração), ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração e compras), denominado balanço energético, que credita ou debita a diferença entre as vendas e efetiva geração para a Companhia, normalmente ao valor do PLD.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

O quadro a seguir apresenta a receita operacional líquida em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Consolidado	
	2021	2020
	R\$	R\$
Vendas no ACR		
Vendas no ACR	-	31
Excedente/(déficit)	(147)	(7.042)
LER	44.617	46.280
Vendas no ACL	-	(3.579)
MCP	159	1.761
Partes relacionadas	1.841	2.790
Impostos	(1.737)	(1.428)
	44.733	38.813

15. CUSTOS DA OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E COMPRAS

	Consolidado	
	2021	2020
Compra de energia	(192)	(566)
Depreciação e amortização	(19.334)	(19.056)
O&M	(7.644)	(4.524)
Encargos regulatórios	(4.108)	(3.864)
Outros	(101)	(583)
	(31.379)	(28.593)

Parcela substancial dos custos de O&M é contratada com prestadores de serviços terceirizados, comumente com o próprio fornecedor dos equipamentos de cada parque.

16. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Consolidado

	2021	2020
Despesas de pessoal	(1.211)	(1.194)
Serviços de consultoria e auditoria	(71)	(67)
Serviços de terceiros	(81)	(103)
Publicações e propaganda	(1)	(52)
Outras	(341)	(31)
	(1.705)	(1.447)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1	-	1.019	355
Outras receitas	660	766	1	35
Pis e Cofins sobre receitas financeiras	(14)	(33)	(14)	(33)
	647	733	1.006	357
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(6.627)	(5.231)	(16.806)	(16.409)
Comissão sobre fiança	-	(1)	(939)	(1.309)
Custo de transação	(136)	(215)	(136)	(215)
Outras despesas	(364)	(401)	(211)	(395)
	(7.127)	(5.848)	(18.092)	(18.328)
Resultado financeiro líquido	(6.480)	(5.115)	(17.086)	(17.971)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política contábil

A Companhia classifica ativos financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente; e
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são classificados como outros passivos financeiros.

Os ativos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, pelo método dos juros efetivos.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais em uma transação que essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

É apresentada a seguir uma tabela com o valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

Consolidado

	2021	2020	Categoria
Aplicações financeiras - Caixa restrito	9.403	9.955	A
Clientes	8.633	8.785	A
Empréstimos, financiamentos e debêntures	165.600	188.866	A
Fornecedores	6.813	6.374	A

A – Ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Em relação ao caixa restrito, são efetuadas aplicações em títulos de taxas pós fixadas, atreladas ao CDI e presume-se que seu valor justo esteja próximo ao saldo contábil. Em relação aos empréstimos e financiamentos, a Companhia possui operações contratadas substancialmente com o BNDES, remuneradas à TJLP, que é um instrumento de financiamento de projetos de longo prazo, para o qual não existe um mercado ativo, portanto, presume-se que o valor contábil esteja próximo ao valor justo.

Os instrumentos financeiros da Companhia apresentados acima são classificados a nível 2 da hierarquia de valor justo.

19. LAJIDA - Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização / EBITDA - Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization

As premissas e dados divulgados nesta nota explicativa não fazem parte do escopo da auditoria destas demonstrações financeiras e, conseqüentemente não foram revisadas ou examinadas pelos nossos auditores independentes.

	2021	2020
Prejuízo do exercício	(7.457)	(10.738)
(+) IRPJ/CSLL	1.890	1.679
(+) Resultado financeiro	17.086	17.972
(+) Depreciação e amortização	19.334	19.056
EBITDA	30.853	27.969

* * *

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 –
12º andar Itaim Bibi,
São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores e Acionistas da
Assuruá 1 Energia S.A.
(anteriormente denominada CEA I – Centrais Eólicas Assuruá I SPE S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Assuruá 1 Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Assuruá 1 Energia S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022



Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1